

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO RECIFE NO PERÍODO DE 2003 A 2011¹

EVOLUTION OF THE LABOUR MARKET IN RECIFE DURING THE PERIOD 2003 TO 2011

Fábio José Ferreira da Silva*

RESUMO

O artigo analisa a evolução do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife em meio à aceleração do crescimento econômico do estado de Pernambuco nos anos de 2003 a 2011, investigando a quantidade e a qualidade dos postos de trabalho gerados. Encontramos que o desemprego reduziu-se acentuadamente e os rendimentos aumentaram de forma generalizada, tanto no setor de serviços quanto na indústria. A formalidade expandiu-se e existem evidências de que os desempregados estão com menor dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho. A escolaridade média se elevou, o que deverá ter reflexos positivos sobre a produtividade da mão de obra no longo prazo. Essa evolução representa uma reviravolta em relação aos anos 90, quando o baixo dinamismo teve impactos negativos no mercado de trabalho. Contudo, a sustentação dessa trajetória favorável nos próximos anos exige políticas efetivas que preparem a força de trabalho para as novas oportunidades.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho. Conjuntura Econômica Regional. Pernambuco.

ABSTRACT

The article analyzes the performance of the labor market in the Metropolitan Region of Recife in the midst of accelerating economic growth in the state of Pernambuco in the years 2003-2011, investigating the quantity and quality of jobs created. We find that unemployment fell sharply and wages rose, both in the service sector as well as in the industry. Formalization has expanded and there is evidence that unemployed workers are taking less time to find jobs. Average years of education increased, which should have positive effects on productivity in the long run. This environment represents a turnaround in comparison to the 90's, when low economic growth had adverse effects on labor market. However, sustainability of this favorable trend in the coming years requires effective policies to prepare the workforce for the new opportunities.

Keywords: Labor Market. Regional Economic Outlook. Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a atividade econômica do estado de Pernambuco tem apresentado robustas taxas de crescimento. De 2003 a 2011, de acordo com dados do

¹ As opiniões expressas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a opinião do Banco Central do Brasil.

* Mestre em Economia pela Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP). E-mail: fabio.silva@bcb.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da agência Condepe/Fidem², o PIB do estado cresceu, em média, 5,1% ao ano (a.a.), refletindo aceleração em relação aos 2,0% a.a. da década de 90 e aos 3,5% a.a. da década de 80, conforme registrados em Lima, Sicsú e Padilha (2007). Em parte, essa evolução recente reflete estímulos de demanda impulsionados pela expansão dos financiamentos de projetos de investimento de grande porte e da implantação de vários desses projetos, públicos e privados, além de efeitos dos aumentos reais do salário mínimo e das transferências assistenciais do setor público, vide Banco Central do Brasil (2011a). O indicador se compara aos 4,2% a.a. na média do país.

Um dos principais desdobramentos dessa trajetória de expansão da atividade econômica sobre a população pernambucana ocorre no mercado de trabalho, sendo este o objeto de análise do presente artigo. Além de indicadores quantitativos da geração de postos de trabalho, busca-se investigar a qualidade dos empregos gerados, que inclui a formalização, o nível de instrução, entre outros.

O artigo está organizado em 4 seções. A seção 2 relaciona a conjuntura econômica do país e do estado com a evolução do principal indicador do mercado de trabalho - a taxa de desemprego - de 1991 a 2011. Ainda que diversos artigos da literatura especializada muitas vezes enfatizem apenas o mercado de trabalho, desconsiderando a análise da conjuntura macroeconômica, entende-se que existem ganhos de se investigar as variáveis de emprego e renda em conjunto com outras relativas à atividade econômica. O período é segmentado em duas fases distintas: 1991 a 2002 e 2003 a 2011. O foco do presente artigo é o período 2003-2011, mas entende-se que a análise da fase anterior é necessária para que se entenda a mudança de rumo verificada na fase recente. A seção 3 concentra-se no mercado de trabalho e verifica a evolução dos indicadores citados anteriormente na Região Metropolitana do Recife (RMR), utilizando, como fonte de dados, os microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE. Não foram utilizadas as bases de dados de abrangência estadual - RAIS e CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego - porque estas acompanham apenas os trabalhadores com vínculos formais, o que impossibilitaria o cálculo de indicadores como a taxa de desemprego, formalidade, entre outros. De qualquer forma, a RMR tem boa representatividade do estado, onde se localizam 42% da população economicamente ativa, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do IBGE, de 2009. Oportunamente, o estudo desagrega-se nos setores de serviços e indústria cuja dinâmica não é homogênea, desconsiderando a agricultura pela inexpressiva representatividade na ocupação da região. As principais conclusões são enunciadas na seção 4.

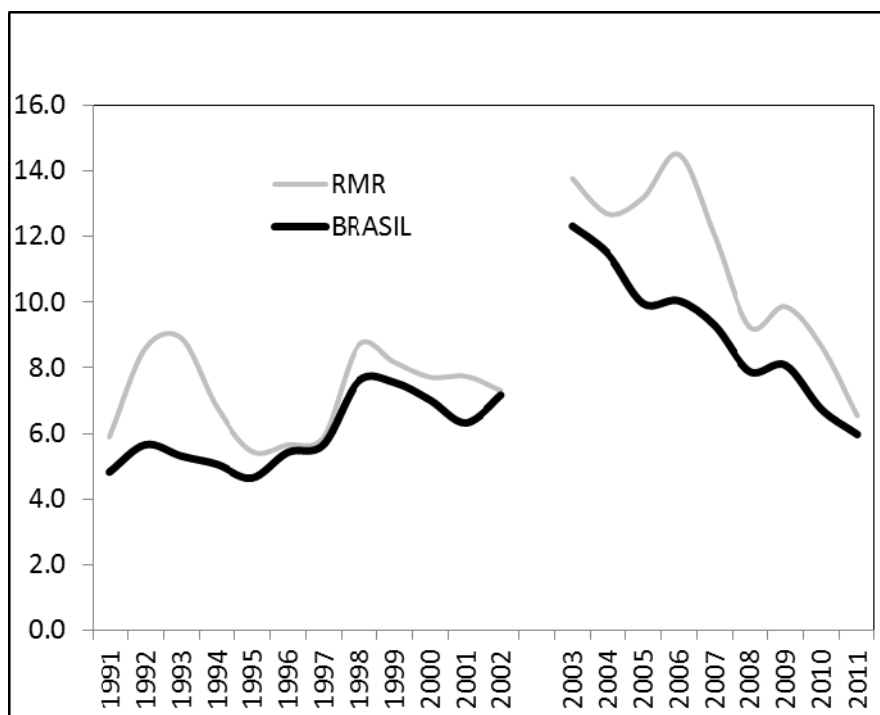
2. CONJUNTURA MACROECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

O Gráfico 1 apresenta a evolução da taxa de desemprego na RMR e a média nacional, que compreende, além da RMR, as Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

² Os dados do PIB do estado, até 2009, são definitivos. Para 2010 e 2011 as estimativas do Condepe são de, respectivamente, 9,3% e 4,5%. Data da consulta: 21/05/2012.

A PME passou por uma mudança metodológica em março de 2002, de modo que os níveis de desemprego antes da revisão não são comparáveis àqueles pós-revisão (vide a descontinuidade no Gráfico 1 de 2002 para 2003). Essa alteração, contudo, não impede que se analise a tendência do indicador dentro de cada subperíodo. Nota-se, no período anterior à revisão, um movimento de alta no desemprego tanto no Brasil – passando de 4,8%, em média, no ano de 1991, para 7,2% em 2002 – como na RMR – de 5,9% para 7,3%. Contrastando com esse comportamento, o período 2003-2011 caracteriza-se pela redução acentuada do desemprego de 12,3% para 6,0% no país e de 13,8% para 6,5% na RMR. É possível relacionar tais comportamentos à conjuntura econômica nacional e regional das duas etapas, conforme apresentado em seguida.

Gráfico 1: Taxa de desemprego aberto (%) – RMR e Brasil, 1991-2011



Fonte: PME/IBGE.

Nota: Os dados expressam médias anuais. A quebra observada de 2002 a 2003 decorre de mudança metodológica.

2.1 O período 1991-2002

A fase 1991-2002 caracterizou-se pela modesta e instável taxa de crescimento do PIB brasileiro. É possível estabelecer algumas características comuns de políticas adotadas, embora o período compreenda três Governos que não foram homogêneos em vários aspectos. Em linhas gerais, as reformas no período foram norteadas pelo objetivo de controlar a inflação através de planos econômicos de estabilização (Planos Collor I e II e o Plano Real). Conforme Carvalho (2007), na década de 90 ocorreu um

intenso processo de abertura e de liberalização financeira, um programa de privatizações extenso e uma profunda desregulamentação da economia, que reduziram fortemente o papel do Estado na economia.

A abertura comercial visava conter a inflação através do aumento da competição dos produtores locais com produtos importados. Para Franco (1998), a abertura estimularia a produtividade, gerando taxas de crescimento maiores. Na prática, no entanto, a adoção repentina de reformas liberalizantes no início dos anos 90 sem a adoção de medidas que aumentassem as condições do produtor local competir (como avanços na infraestrutura, estrutura tributária e burocracia) impôs um choque à estrutura produtiva nacional.

A estabilidade monetária garantida pelo Plano Real a partir de meados de 1994, por um lado, foi benéfica aos trabalhadores por conta da manutenção do poder de compra dos salários. Por outro, a apreciação da taxa real de câmbio e as altas taxas reais de juros internas prejudicaram o desempenho do setor industrial, cujo ajustamento implicou em demissões em larga escala. As privatizações do período também foram fonte de desligamentos.

No ano de 1999, a adoção do regime de câmbio flutuante seguida por uma desvalorização representou importante incentivo à atividade econômica. Somaram-se ao câmbio flutuante dois pilares de política econômica adotados a partir desse momento: o regime de metas para a inflação e a austeridade fiscal, expressa por sucessivos superávits primários.

Os avanços institucionais, no entanto, foram sucedidos por choques no início dos anos 2000. Em 2001 o PIB avançou apenas 1,3%, refletindo o apagão de energia, que forçou empresas e famílias a reduzir o consumo somado aos efeitos da crise Argentina. No ano de 2002 o crescimento foi de 2,6%, desta vez influenciado pela saída de capitais em virtude do aumento da percepção de risco que decorreu da sucessão presidencial, quando o presidente Lula foi eleito.

Em meio a esse ambiente adverso, o PIB do Brasil avançou, em média, 2,6% a.a. Apesar de superar aquela verificada na década de 80 (a década “perdida”), 1,6% a.a., pode-se afirmar que o patamar é inferior às potencialidades e as necessidades do país.

Em Pernambuco, o crescimento no período foi ainda menor, 2,0% a.a., vide Tabela 1. Para Vasconcelos e Vergolino (1999), a situação foi agravada pelo *debacle* de setores chave, sobretudo a indústria sucroalcooleira que entrou em decadência, aliada a prolongada estiagem, que afetou negativamente a economia agrícola do semiárido. Lima, Sicsú e Padilha (2007) relacionam o baixo crescimento à falta de investimentos no Estado, em parte devido ao fato da Região Metropolitana do Recife ter ficado de fora da Faixa A de prioridade para o recebimento de incentivos fiscais através da Sudene, que vigorou de 1969 a 1987. Lima e Katz (1993) entendem que Pernambuco foi perdendo a função de entreposto comercial regional, dentro do processo de integração da economia brasileira.

A Tabela 1 evidencia que, tanto na agropecuária como na indústria, o desempenho econômico de Pernambuco foi inferior à média nacional. O valor adicionado bruto (VAB) da agricultura avançou 3,0% a.a., comparado aos 3,8% a.a. no país. A indústria pernambucana ficou praticamente estagnada, enquanto cresceu 1,6% a.a. na média nacional. Entre seus componentes, a nível estadual, destaca-se o recuo

de 1,0% a.a. da indústria de transformação, ou seja, em 2002 a indústria do estado ficou 10% menor do que era em 1991, evidenciando um processo agudo de desindustrialização. O setor de serviços avançou 2,6% a.a. no estado, similar ao desempenho brasileiro.

O ambiente descrito é o pano de fundo por trás das elevações do desemprego a nível nacional e estadual. Outra característica marcante do período foi a precarização das relações de trabalho, que se manifesta, por exemplo, pelo aumento da informalidade, subocupação e rotatividade da mão de obra. Baltar (2003) afirma que metade da PEA passou a ser formada por pessoas que, ou não tinham ocupação decorrente de atividade econômica, ou trabalhavam por conta própria sem contribuir para a Previdência Social, ou ajudavam o trabalhador por conta própria, sem receber remuneração, ou, se assalariados, não tinham carteira assinada.

Tabela 1 - Brasil e Pernambuco: Comparativo de evolução do PIB e dos componentes do VAB: (1991-2002)

Especificação	Pernambuco (% a.a.)	Brasil (% a.a.)
PIB	2,0	2,6
Agropecuária	3,0	3,8
Indústria	0,2	1,9
Transformação	-1,0	1,8
Construção Civil	2,0	1,0
Outros	2,1	4,4
Serviços	2,6	2,6
Administração Pública	1,6	2,3
Comércio	3,0	2,3
Outros	3,3	3,2

Fontes: Para o Brasil: Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Para Pernambuco: De 1991 a 1995, antiga metodologia das Contas Regionais do IBGE. De 1995 a 2002, atual metodologia das Contas Regionais.

Segundo Borges (2011):

Os anos 90 foram os da abertura da economia e da reestruturação produtiva sob a hegemonia neoliberal, com impactos extremamente negativos para os trabalhadores, manifestos na destruição maciça de empregos socialmente protegidos e de maior qualidade – com salários mais elevados, relativa estabilidade, benefícios e possibilidades de carreira –, na elevação do desemprego aberto e oculto e na precarização generalizada dos postos de trabalho remanescentes e dos vínculos empregatícios, fenômeno amplamente induzido pela flexibilização da regulação e dos contratos de trabalho, pela terceirização generalizada e pelo enfraquecimento dos sindicatos. Borges (2011, p. 98).

2.2 O período 2003-2011

O período 2003-2011 representa uma reviravolta em relação ao anterior. Em primeiro lugar, o PIB mundial, medido em paridade do poder de compra, calculado pelo Banco Mundial, elevou-se 3,8% a.a., em média³, resultado acima da média dos anos 90, 2,9% a.a., e dos anos 80, 3,2% a.a.. A liquidez internacional favorecida pelas reduzidas taxas de juros internacionais, o avanço do comércio mundial e a consolidação da Ásia como um polo de desenvolvimento industrial – especialmente a China – compensaram os efeitos recessivos da crise do *Subprime* de 2008 e, mais recentemente, da deterioração da economia de alguns países da zona do Euro.

No Brasil, o impulso inicial veio do setor externo, em meio à valorização dos termos de troca e do *quantum* exportado decorrente da demanda chinesa por *commodities* minerais e agrícolas. No mesmo sentido, o mercado interno mostrou dinamismo, com maior inserção do crédito de empresas e famílias somado ao avanço das políticas sociais, sobretudo a valorização do Salário Mínimo e a ampliação do Programa Bolsa-Família. O PIB nacional cresceu, neste período de 9 anos, 4,2% a.a., a taxa mais elevada verificada neste tipo de comparação desde a época do milagre econômico.

Em Pernambuco o PIB aumentou 5,1% a.a. tendo em conta que os estímulos de demanda foram comparativamente maiores no estado do que no país. Em primeiro lugar, em Pernambuco ocorreu a construção e, em alguns casos, início de operação, de um conjunto de projetos estruturadores – localizados sobretudo no complexo industrial portuário de Suape - destacando-se uma refinaria de petróleo, um estaleiro, além de investimentos nos setores petroquímico e de alimentos⁴. Um indicador que ilustra a escala dos investimentos são os desembolsos⁵ totais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divididos pelo PIB, que, no período, corresponderam a 4,5% em Pernambuco em comparação aos 3,1% no país, vide BNDES (2012).

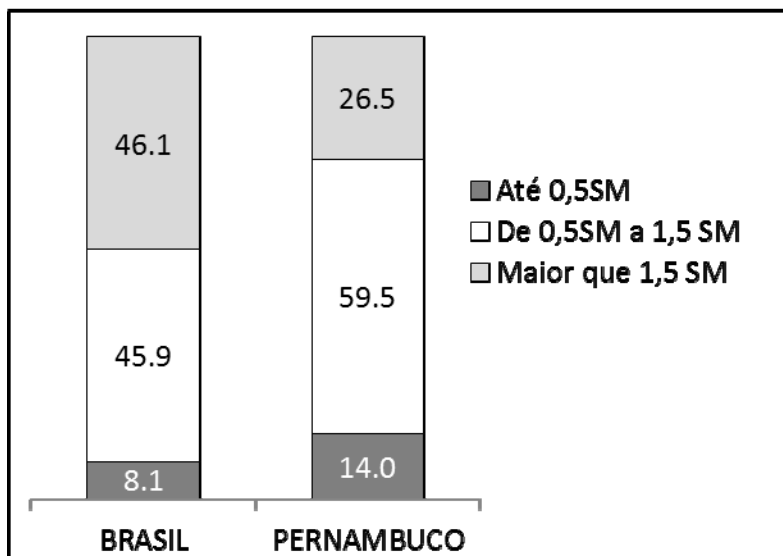
Em segundo lugar, o consumo das famílias foi favorecido pelas políticas sociais. A valorização do Salário Mínimo – de 5,7% a.a. em termos reais de 2003 a 2011 - embora faça parte de uma política nacional, teve efeito maior em unidades da federação de menor renda per capita por atingir uma proporção maior da população. Em Pernambuco, 59,5% dos empregados ganhavam de 0,5 a 1,5 salários mínimos, enquanto que no Brasil essa relação foi de 45,9%, conforme dados da PNAD do IBGE (vide Gráfico 2).

Gráfico 2 - Brasil e Pernambuco: Distribuição percentual dos empregados segundo a faixa de remuneração em salário mínimo – 2009

³ Tendo em conta que ainda não se encontra disponível o PIB mundial de 2011, a média refere-se aos anos de 2003 a 2010.

⁴ Condepe/Fidem (2011) descreve e analisa os efeitos multiplicadores dos principais investimentos sobre o PIB através de uma matriz insumo-produto estadual.

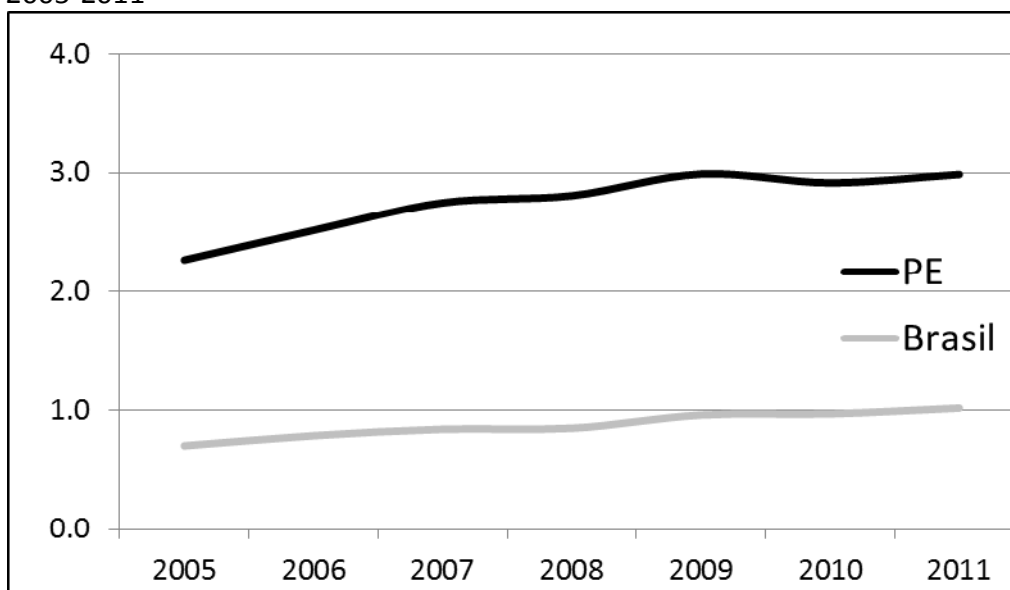
⁵ Os recursos desembolsados não correspondem exatamente à formação bruta de capital fixo. A Refinaria Abreu e Lima, por exemplo, recebeu R\$9,9 bilhões em 2009, mas o montante não foi integralmente aplicado naquele ano visto que o cronograma de desembolsos de projetos desse porte ocorrem no longo prazo. Nesse sentido, os empréstimos podem ser vistos como indicadores antecedentes do investimento.



Fonte: PNAD/IBGE (2009).

As transferências assistenciais (Programa Bolsa-Família, Benefício de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia) também têm uma presença maior em Pernambuco, correspondente a 3,0% do PIB em comparação a 1,0% no Brasil.

Gráfico 3 - – Brasil e Pernambuco: Participação das transferências assistenciais¹ no PIB (%), 2005-2011



Fontes: Contas Regionais e Contas Nacionais Trimestrais / IBGE (para PE, estimativas do CONDEPE/FIDEM para 2010 e 2011) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Nota: 1/ Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia.

A Tabela 2 compara a evolução do PIB de Pernambuco e do Brasil. A agropecuária do estado cresceu 6,3% a.a. em comparação aos 3,2% a.a. na média nacional, mas como esse setor tem baixa participação no PIB pernambucano, o dado mais importante da Tabela 2 é o avanço da indústria do estado, de 5,4% a.a em relação aos 3,4% a.a. do Brasil. A indústria de transformação reverteu a queda da fase anterior, assinalando alta de 3,7% a.a., influenciada pelo desempenho de seus principais setores, o de alimentos e bebidas, 3,4% a.a., produtos químicos, 5,0% a.a. e metalurgia básica, 5,1% a.a., conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE).

A construção civil pernambucana cresceu substanciais 8,6% a.a., resultado consistente com o vigor das obras públicas, conforme descrito anteriormente. No setor de serviços, que cresceu em linha com a média nacional, o comércio avançou 6,0% a.a..

A redução das taxas de desemprego está alinhada à melhora dos indicadores macroeconômicos a partir de 2003, encontrando-se evidências de recuperação do contrato de trabalho com carteira assinada. O contraste do período em relação ao que predominou nos anos 90 é analisado por Dedecca e Rosandiski (2006):

[...] em 1995-98 as importações provocaram a redução da produção ou uma modernização a qualquer custo, com consequências fortemente negativas sobre o emprego formal. Entre 2003-05 o superávit comercial externo tem alimentado positivamente a atividade interna, favorecendo a produtividade sem gerar um processo de sucateamento perverso de mão de obra, como o ocorrido no primeiro período. (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006, p. 175).

Tabela 2 - Pernambuco e Brasil Comparativo de evolução do PIB e dos componentes do VAB (2003 – 2011)

Especificação	Pernambuco (% a.a.)	Brasil (% a.a.)
PIB	5,1	4,2
Agropecuária	6,3	3,2
Indústria	5,4	3,4
Transformação	3,7	2,4
Construção Civil	8,6	5,0
Outros	5,3	4,5
Serviços	4,4	4,3
Administração Pública	1,8	2,4
Comércio	6,0	5,5
Outros	5,1	4,5

Fontes: Para o Brasil: Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Para Pernambuco: De 1991 a 1995, antiga metodologia das Contas Regionais

do IBGE. De 1995 a 2009, atual metodologia das Contas Regionais. De 2010 a 2011, projeções do CONDEPE/FIDEM.

Associando-se a essa trajetória de expansão da atividade econômica do estado, a próxima seção concentra-se na RMR no período 2003-2011, reunindo um conjunto de indicadores que permitem tirar conclusões acerca das repercussões da conjuntura favorável no mercado de trabalho.

3. O MERCADO DE TRABALHO DA RMR DE 2003 A 2011

3.1 Ocupação e Rendimento

O mercado de trabalho da RMR gerou 33,3 mil postos de trabalho ao ano, equivalente a variação de 2,4% a.a. do total de ocupados (vide Tabela 3⁶). Desse total, o setor de serviços criou, em média, 26,8 mil vagas (2,4% a.a.), destacando-se os segmentos de Serviços Prestados a Empresas, 10,9 mil a.a. (9,3% a.a.) e comércio 4,2 mil.

No setor industrial foram criadas, em média anual, 6,5 mil vagas (2,6% a.a.). O desempenho foi liderado pela construção civil, 4,6 mil, (4,8% a.a.), como era de se esperar. Em seguida veio o segmento de bens de consumo não duráveis, 1,8 mil (2,4% a.a.), contrastando com o de bens de consumo duráveis e de capital, que recuou 3,0% a.a..

Tabela 3 – Pernambuco: População ocupada segundo setores de atividade (2003/2011)

Setores de atividade	2003	2011	Variação anual	
	mil postos	mil postos	mil postos	%
TOTAL (i + ii)	1.248,3	1.514,8	33,3	2,4%
(i) SERVIÇOS	1.017,4	1.231,7	26,8	2,4%
Comércio	329,3	362,9	4,2	1,2%
Educação e Saúde	152,8	177,1	3,0	1,9%
Serviços prestados a empresas	83,7	170,6	10,9	9,3%
Administração Pública	81,1	100,2	2,4	2,7%
Transporte	68,5	81,2	1,6	2,2%
Outros	302,0	339,7	4,7	1,5%
(ii) INDÚSTRIA	230,9	283,1	6,5	2,6%
Construção civil	80,6	117,2	4,6	4,8%
Bens de consumo não duráveis	70,8	85,4	1,8	2,4%
Bens Intermediários	47,0	51,3	0,5	1,1%
Bens de cons. duráveis e capital	22,5	17,7	-0,6	-3,0%
Outros	9,9	11,6	0,2	2,0%

Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

⁶ Neste artigo, conforme Tabela 3, o setor de serviços foi subdividido em 6 segmentos e a indústria em 5. Originalmente, a classificação da CNAE utilizada pela PME é bastante desagregada, compreendendo 60 atividades econômicas. A agregação realizada através dos microdados consta no Apêndice.

Os rendimentos do trabalho expandiram-se, em média, 2,1% a.a., com aumentos em praticamente todos os segmentos, vide Tabela 4. Nos serviços, a alta também foi de 2,1% a.a., com destaque para o segmento outros⁷, de menor valor inicial, que elevou-se 3,1% a.a., seguido por transportes, 2,7% a.a.. Por outro lado, os serviços prestados a empresas que, conforme vimos, foi o que apresentou maior crescimento da ocupação, tiveram retração dos rendimentos, -0,4% a.a..

Tabela 4 – Pernambuco: Rendimento* mensal médio segundo setores de atividade (2003 e 2011)

Setores de atividade	2.003	2.011	Variação anual %
TOTAL (i + ii)	923	1.092	2,1%
(i) SERVIÇOS	929	1.094	2,1%
Comércio	767	882	1,8%
Educação e Saúde	1.251	1.393	1,3%
Serviços prestados a empresas	1.178	1.138	-0,4%
Administração Pública	1.751	2.089	2,2%
Transporte	894	1.109	2,7%
Outros	662	847	3,1%
(ii) INDÚSTRIA	897	1.080	2,3%
Construção civil	836	1.023	2,6%
Bens de consumo não duráveis	708	926	3,4%
Bens Intermediários	1.024	1.123	1,2%
Bens de cons. duráveis e capital	1.118	1.436	3,2%
Outros	1.651	2.070	2,9%

Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria. Nota: * Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal, em valores de dezembro de 2011, inflacionados pelo INPC.

Na indústria, os rendimentos aumentaram 2,4% a.a., liderado pelo segmento de bens de consumo não duráveis e capital, 3,4% a.a.. Na ordem, em seguida veio o segmento bens de consumo duráveis e de capital, 3,2%.

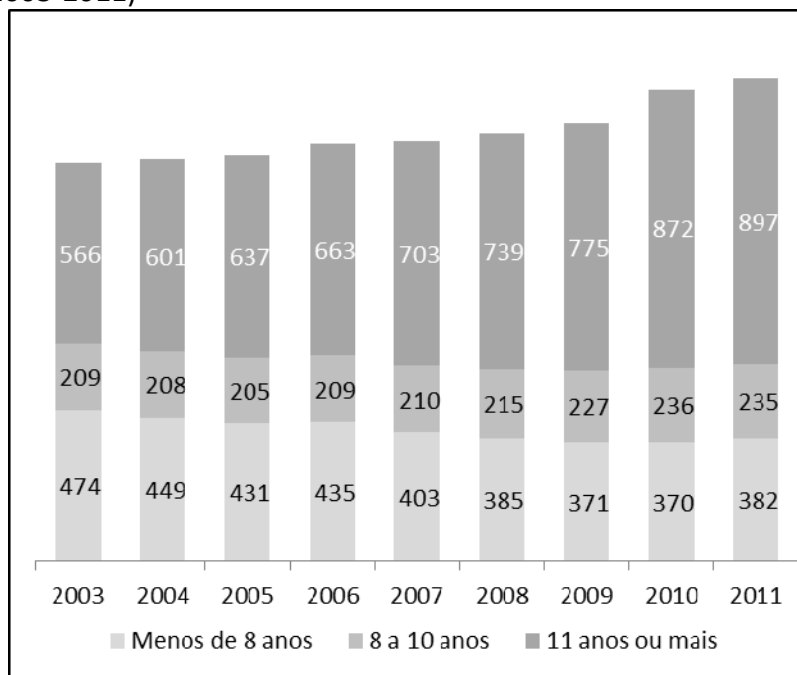
Deve-se fazer a ressalva que, apesar do aumento dos rendimentos, estes seguem em patamar baixo. Considerando-se o salário mínimo de R\$545 em dezembro de 2011, encontramos que 62,8% do total de ocupados na RMR ganhavam até 1,5 salário mínimo e 72,4% recebiam até 2 salários mínimos.

3.2 Escolaridade

Conforme se observa no Gráfico 4, em 2003, havia 474 mil ocupados com até 8 anos de estudo (38,0% do total). Em 2011, esse grupo foi reduzido a 382 mil e sua participação diminuiu a 25,2%. Por outro lado, as ocupações com 11 anos ou mais de estudo (equivalentes aos trabalhadores que cursaram o nível superior completo ou incompleto), cresceram a uma taxa média de 5,9% a.a., passando de uma participação de 45,3% para 59,2%. Fica evidente pelo gráfico que o crescimento das ocupações concentrou-se no grupo de maior escolaridade.

⁷ Dentre eles, destacam-se os serviços domésticos, 4,5% a.a. e alojamento e alimentação, 3,8% a.a.. É provável que tais segmentos sejam os mais sensíveis a variações dos salários mínimos.

Gráfico 4 – Região Metropolitana de Recife: Total de Ocupados, segundo faixas de anos de estudo (2003-2011)



Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

Nota: Valores em mil.

A maior exigência do mercado de trabalho por escolaridade deve estar influenciando os jovens a estudar mais. A Tabela 5 mostra a evolução da taxa de atividade⁸ por faixa de idade: 10 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 49 anos e 50 anos ou mais. Ressalta-se uma queda expressiva do indicador nos grupos de indivíduos de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos, idades nas quais usualmente são cursados, respectivamente, os ensinos fundamental e médio. O resultado é um indicativo de que as crianças e jovens estão se dedicando mais aos estudos antes de ingressar no mercado de trabalho. Outro elemento que pode ter contribuído para a menor oferta de mão de obra de jovens pode ser o aumento do rendimento do trabalho de outros membros da família, o que reduz a necessidade de se complementar a renda familiar (Banco Central do Brasil, 2011b).

Tabela 5 - Região Metropolitana de Recife: Taxa de atividade (2003-2011)

Anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos
2.003	3,7	19,4	60,7	71,9	33,9
2.004	2,5	15,5	58,7	70,8	33,6
2.005	1,4	13,6	56,7	71,0	33,5
2.006	2,3	17,5	60,9	72,8	33,9
2.007	1,0	11,5	57,2	71,4	31,8
2.008	0,5	8,5	53,7	69,9	30,0

⁸ Taxa de atividade é a razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA) e representa, portanto, o percentual de pessoas que está empregada ou busca emprego.

2.009	0,5	7,6	54,5	70,6	31,2
2.010	0,9	9,7	58,3	72,9	34,0
2.011	0,8	9,8	57,6	73,0	33,5

Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

3.3 Formalidade

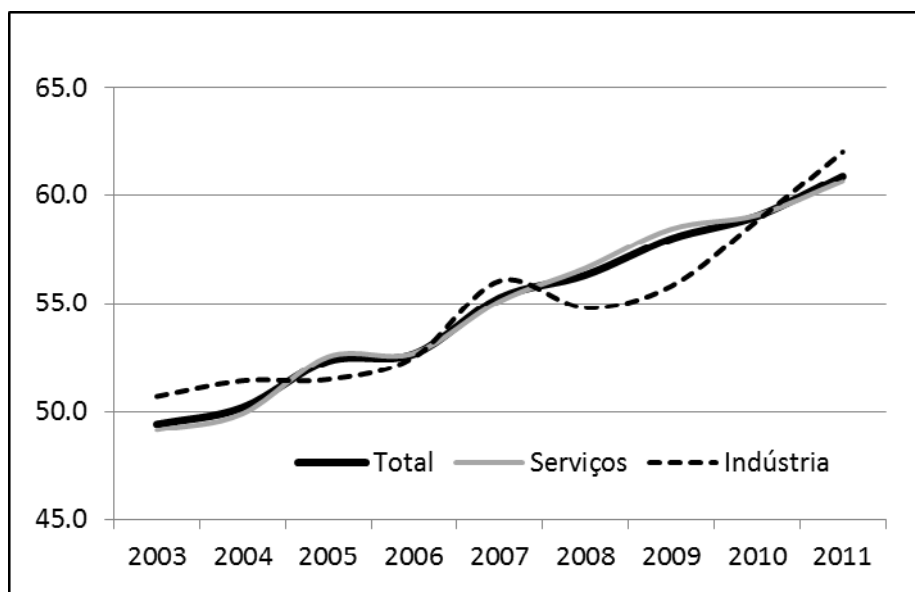
A formalidade é um dos principais indicadores de qualidade do emprego pelo conjunto de proteções sociais garantidas aos empregados com carteira assinada. A evolução da taxa de formalidade⁹ (TF) na RMR encontra-se no Gráfico 3. Ressalte-se que o indicador aumentou de forma ininterrupta durante o período em análise, de 49,4% para 60,9% do total de postos de trabalho no ano de 2011.

No setor de serviços, a TF passou de 49,1% para 60,7% de 2003 a 2011, vide Tabela 6. Dentre seus segmentos, sobressaíram-se Serviços prestados a empresas, de 63,7% para 77,8% e Comércio, que passou de 36,2% para 49,6%. O segmento cuja formalidade menos se expandiu foi o de Administração pública, porém deve-se considerar que seu patamar, mesmo em 2003, era elevado. Na indústria, a TF aumentou 11,3 p.p. para 62,0%, com destaque para a construção civil, cujo incremento da TF foi de 14,2 p.p., na medida em que as obras estruturantes do estado são realizadas por construtoras de grande porte, que trabalham com vínculos formais de trabalho. Em seguida, os bens de consumo não duráveis aumentaram a TF em 13,7 p.p.¹⁰.

Gráfico 5 - Região Metropolitana de Recife: Taxa de Formalidade (2003-2011)

⁹ A taxa de formalidade é definida como a razão entre o número de trabalhadores formais e o número total de ocupados. Foram considerados empregos formais os relativos aos segmentos empregadores, empregados com carteira assinada, militares e servidores civis estatutários, enquanto os empregos informais incorporam os segmentos empregados por conta própria, empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não remunerados.

¹⁰ Banco Central do Brasil (2011c) faz uma análise comparativa da evolução da TF nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país, nos mesmos segmentos deste artigo.



Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 6 - Região Metropolitana de Recife: Taxa de formalização segundo setores de atividade (2003 e 2011)

Setores de atividade	2.003	2.011	Varição p.p.
(i) SERVIÇOS	49,1	60,7	11,5
Comércio	36,2	49,6	13,4
Educação e Saúde	69,5	75,3	5,8
Serviços prestados a empresas	63,7	77,8	14,2
Administração Pública	80,2	84,9	4,7
Transporte	47,1	60,3	13,2
Outros	41,1	49,2	8,1
(ii) INDÚSTRIA	50,7	62,0	11,3
Construção civil	41,8	56,0	14,2
Bens de consumo não duráveis	42,9	56,6	13,7
Bens Intermediários	65,1	76,9	11,7
Bens de cons. duráveis e capital	68,5	79,1	10,6
Outros	70,5	72,0	1,5
(i + ii) TOTAL	49,1	60,7	11,5

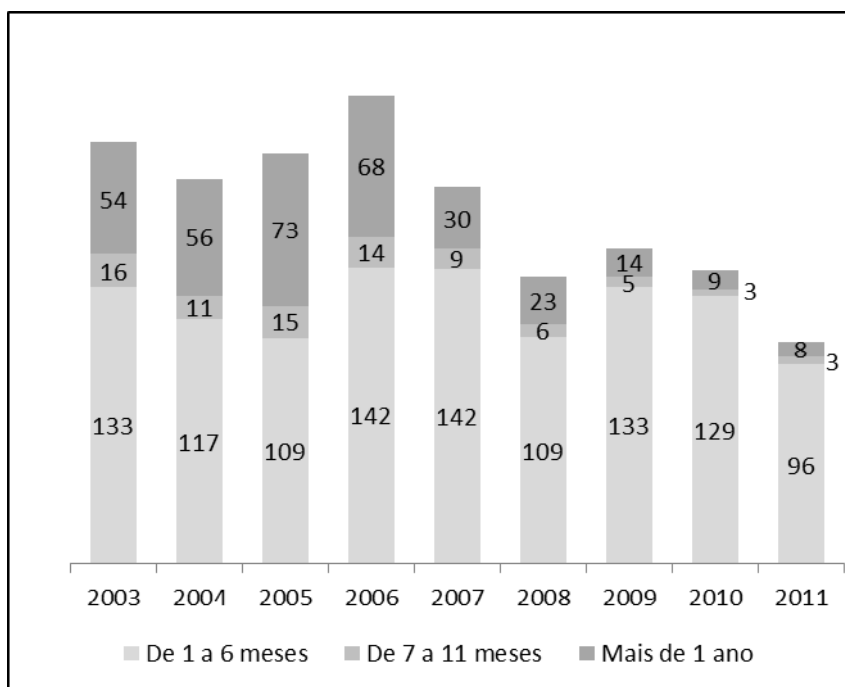
Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

3.4 Tempo de busca por emprego

Por último, vale a pena verificar se o dinamismo do mercado tem reduzido o tempo necessário para que um desempregado reencontre emprego. Para isso, os desempregados foram segmentados em 3 grupos: (i) indivíduos que estavam buscando trabalho no período de 1 a 6 meses; (ii) de 7 meses a 11 meses; (iii) mais de 1 ano.

No ano de 2003, a participação do grupo (i) era de 65,6%, enquanto que o grupo (iii) respondia por 26,6%. Em 2011, houve redução do número absoluto de desocupados nas 3 categorias, especialmente dos grupos (ii) e (iii), que foram substancialmente reduzidos. Sendo assim, os resultados apontam para uma diminuição do tempo necessário para se reempregar.

Gráfico 6 – Região Metropolitana de Recife: Total de Desocupados, por tempo de busca por emprego (2003-2011)



Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

Nota: Valores em mil pessoas.

Outro ponto interessante é o seguinte. Sabe-se que os indivíduos do grupo (iii) - desempregados de longa duração – tendem a ter maior dificuldade de se reempregarem mesmo quando as condições melhoram, seja porque as empresas consideram a perda de prática pelo longo tempo de ausência no emprego ou porque pode sinalizar alguma deficiência técnica e/ou de outra natureza. Essa rigidez, no entanto, não se observou na RMR, ou seja, o crescimento da ocupação foi capaz de incluir esse contingente mais vulnerável, que chegou a totalizar 73 mil pessoas em 2005.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1990, a economia pernambucana apresentou baixo dinamismo, com reflexos adversos sobre o mercado de trabalho. A participação preponderante de atividades ligadas ao setor sucroalcooleiro, em decadência, a estrutura industrial pouco desenvolvida e a falta de efetividade de uma política direcionada à atração de investimentos geraram oportunidades de emprego insuficientes para fazer frente a

oferta de mão de obra. A taxa de desemprego do estado esteve, sistematicamente, acima da média nacional, com precarização dos postos de trabalho.

A partir do Governo Lula, a situação reverteu-se e o estado passou a receber projetos de grande porte em um ambiente de reposicionamento de Pernambuco - e da região Nordeste - no Brasil, com um mercado interno mais dinâmico e que passa a demandar novos produtos. Adicionalmente, políticas nacionais de valorização do salário mínimo e dos benefícios do Programa Bolsa Família tiveram efeitos maiores em regiões mais pobres, implicando em estímulos de demanda de consumo.

Os reflexos dessa conjuntura sobre o mercado de trabalho são evidentes, conforme apontam os indicadores analisados neste artigo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. O desemprego reduziu-se de 13,8% para 6,5% e os rendimentos aumentaram de forma generalizada, tanto no setor de serviços quanto na indústria. A formalidade, que abrangia 49,1% dos ocupados, expandiu-se a 60,7% e encontram-se evidências de que os desempregados estão com menor dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho. A escolaridade média avançou, o que deverá ter reflexos positivos sobre a produtividade da mão de obra no longo prazo. Dessa forma, a resposta à pergunta que intitula o presente artigo é afirmativa.

Por último, cabe traçar perspectivas e desafios do mercado de trabalho do estado. Assumindo que o Brasil siga em trajetória de crescimento, as perspectivas são favoráveis na medida em que os encadeamentos característicos do setor industrial devem fazer com que sejam atraídos novos negócios. Por exemplo, recentemente, o anúncio da instalação de uma montadora de automóveis no interior do estado foi sucedido por outros, de empresas fornecedoras que devem vir para Pernambuco. Sendo assim, o ciclo de crescimento deve ter continuidade, mas deve-se esperar uma mudança de perfil dos empregos gerados, com menor dinamismo do setor de construção civil – o que é razoável de se esperar após a conclusão da construção das plantas industriais – e aumento das vagas em atividades relacionadas à produção e administração dos empreendimentos, as quais são menos numerosas, porém exigem maior qualificação.

O desafio é preparar a mão de obra local para que tenha condições de assumir os novos postos de trabalho. Nesse sentido, ressalte-se que a escolaridade média local está aumentando, mas ainda existe um longo caminho a ser trilhado, o que exige investimentos no ensino profissionalizante (formação profissional) e na qualificação. A política pública de trabalho e educação deve responder às necessidades de recursos humanos do mercado, capacitando os trabalhadores e oferecendo cursos de aperfeiçoamento alinhados às oportunidades que estão sendo criadas.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P. E. A. Estrutura Econômica e Emprego Urbano na Década de 1990. In: PRONI, M. W; HENRIQUE, W. (Orgs.). *Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil nos anos 1990*. São Paulo: Unesp. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp. 2003.

- BORGES, A. *Mercado de Trabalho na RMS: Duas Décadas de Transformações*. Anais do XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Desempenho Recente e Perspectivas para a Economia de Pernambuco*. Boletim Regional do Banco Central. p.107-110. Abril. 2011a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Evolução Recente do Mercado de Trabalho no Brasil: Aspectos Quantitativos e Qualitativos*. Relatório de Inflação. p.17-20. Setembro. 2011b.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Formalização do Emprego – Uma Abordagem Regional*. Boletim Regional do Banco Central. p.91-94. Julho. 2011c.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Informativo Nordeste*, n. 28. 2012.
- CARVALHO, V. R. S. A Restrição Externa e a Perda de Dinamismo da Economia Brasileira. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 395-424, dez. 2007.
- CONDEPE/FIDEM. Estudos dos Impactos dos Investimentos na Economia Pernambucana: Unidades da BR Foods, Hemobrás, Estaleiro Atlântico Sul, Petroquímica Suape e Refinaria Abreu e Lima. Visão a partir da Matriz Insumo Produto de Pernambuco. 2011.
- DEDECCA, C.; ROSANDISKI, E. N. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. *Parcerias Estratégicas*, São Paulo, n. 22, p. 169-190, 2006.
- FRANCO, G. H. B. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 18, n. 3, julho-setembro. 1998.
- LIMA, J. P.; KATZ, F. A economia de Pernambuco: perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 9, n. 1, p. 80-104, jan./jun. 1993.
- LIMA, SICSÚ e PADILHA. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007
- VASCONCELOS E VERGOLINO. *Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1985 a 1996*. Textos para Discussão. IPEA. Fevereiro. 1999.

Apêndice

A agregação da CNAE utilizada pela PME realizada através dos microdados

1. Serviços

1.1 Comércio

1.1.1 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e comércio a varejo de combustíveis

1.1.2 Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

1.2 Educação e Saúde

1.2.1 Educação

1.2.2 Saúde e serviços sociais

1.3 Serviços Prestados a Empresas

1.3.1 Serviços prestados principalmente às empresas

1.4 Administração Pública

1.4.1 Administração pública, defesa e seguridade social

1.5 Transporte

1.5.1 Transporte terrestre

1.5.2 Transporte aquaviário

1.5.3 Transporte aéreo

1.5.4 Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagens

1.6 Outros

1.6.1 Alojamento e alimentação

1.6.2 Correios e telecomunicações

1.6.3 Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada

1.6.4 Seguros e previdência privada

1.6.5 Atividades auxiliares da intermediação financeira

1.6.6 Atividades imobiliárias

1.6.7 Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos

1.6.8 Atividades de informáticas e conexas

1.6.9 Pesquisa e desenvolvimento

1.6.10 Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas

1.6.11 Atividades associativas

1.6.12 Atividades recreativas, culturais e desportivas

1.6.13 Serviços pessoais

1.6.14 Serviços domésticos

1.6.15 Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

2. Indústria

2.1 Construção civil

2.1.1 Construção

2.2 Bens de consumo não duráveis

2.2.1 Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

2.2.2 Fabricação de produtos do fumo

2.2.3 Fabricação de produtos têxteis

2.2.4 Confeção de artigos do vestuário e acessórios

2.2.5 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

2.2.6 Edição, impressão e reprodução de gravações

2.2.7 Fabricação de móveis e indústrias diversas

2.3 Bens intermediários

2.3.1 Fabricação de produtos de madeira

2.3.2 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

2.3.3 Coquerias

2.3.4 Fabricação de produtos químicos

2.3.5 Fabricação de produtos de borracha e plástico

2.3.6 Fabricação de produtos de minerais não metálicos

2.3.7 Metalurgia básica

2.3.8 Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

2.4 Bens de consumo e capital

2.4.1 Fabricação de máquinas e equipamentos

2.4.2 Fabricação de máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para processamento de dados

2.4.3 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

2.4.4 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

2.4.5 Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumento de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

2.4.6. Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

2.4.7 Fabricação de outros equipamentos de transportes

2.5 Outros

2.5.1 Extração de carvão mineral

2.5.2 Extração de petróleo e serviços correlatos

2.5.3 Extração de minerais radioativos

2.5.4 Extração de minerais metálicos

2.5.5 Extração de minerais não metálicos

2.5.6 Reciclagem

2.5.7 Produção e distribuição de eletricidade, gás e água

2.5.8 Captação, tratamento e distribuição de água